

A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM SEU PAPEL NO BALANÇO SOCIAL: Um estudo das demonstrações do período 2008-2009 apresentadas pela PETROBRAS

Moab Santos de Farias ¹

Prof. Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira ²

RESUMO

Muitas mudanças a ciência contábil vem sofrendo no decorrer do tempo. E entre elas, está a de assumir um papel de responsabilidade social. Seu maior usuário deixou de ser o proprietário ou acionista e passou a ser a sociedade. Com a obrigatoriedade, no Brasil, da Demonstração do Valor Adicionado, a Contabilidade teve sua obrigação social consolidada para as S/A. Com a demonstração apresentada pela PETROBRAS referente ao período 2008/2009, a sociedade pode entender como os recursos estão chegando e sendo distribuídos por uma empresa em uma só demonstração. O Estado, por meio das DVA, garante a veracidade números referente ao Produto Interno Bruto. Com a Demonstração do Valor Adicionado a contabilidade torna-se clara até mesmo para os não-contadores.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Social, DVA, PIB.

ABSTRACT

Many changes in accounting science has suffered over time. And among them is to assume a role of social responsibility. His biggest user no longer the owner or shareholder and became society. With mandatory in Brazil, Value Added Statement, Accounting had consolidated its social obligation to the S / A. With the PETROBRAS demonstration presented by referring to 2008/2009 period, the society can understand how resources are arriving and being distributed by a company in one demonstration. The state, through DVA,

¹ Aluno de Pós-Graduação do Curso de Gestão Fiscal e Tributária na Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. E-mail: prmoabsantos@gmail.com

² Coordenador do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade Natelense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. E-mail: ridalvo@farn.br

guarantee the accuracy numbers referring to product GDP. With the Value Added Statement accounting becomes clear even to non-counters.

KEYWORDS: Social Responsibility, DVA, GDP.

1 INTRODUÇÃO

A Demonstração do Valor Adicionado, além de complementar a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), constitui uma relevante fonte de informações a respeito da capacidade de geração de valor e à forma de distribuição das riquezas (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

Para saber a riqueza gerada por uma empresa, medida no conceito contábil de valor adicionado, calculada-se a diferença entre o valor de suas vendas e o dos insumos adquiridos de terceiros (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

As informações disponíveis nessa demonstração permitem a análise do desempenho econômico da empresa, bem como podem auxiliar no cálculo do Produto Interno Bruno - PIB e de indicadores sociais. Adicionalmente, fornecem informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores - acionistas ou credores) e governo (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

2 CONTABILIDADE SOCIAL E BALANÇO SOCIAL

2.1 CONTABILIDADE

Segundo historiadores, remontam a 4.000 anos a.C. os primeiros registros contábeis que se tem notícia. Desde os tempos antigos, sempre a Contabilidade teve por escopo a informação. Em seu início, o usuário principal e talvez o único, durante muito tempo, foi o proprietário. Algum tempo depois, determinado pastor, quando queria saber o número de cabeças de seu rebanho, procedia a uma contagem física e essa informação era suficiente para seus objetivos, de ter conhecimento do que possuía (TINOCO, 2001).

Com o início das descobertas marítimas, onde destacaram-se em especial navegadores portugueses e espanhóis, no séculos XIV a XVI, têm-se informações acerca do

aparecimento das primeiras sociedades comerciais, que surgiram para aplicar recursos financeiros nas expedições marítimas das descobertas do Novo Mundo (TINOCO, 2001).

A partir daí, o leque de usuários da Contabilidade amplia-se. A Contabilidade deixava de estar restrita a registrar somente o que interessava a um único proprietário. Apareceram agora sócios e investidores com interesses nas expedições e nos lucros, financiadores que estavam em busca de retorno dos capitais emprestados acrescidos de juros e, por fim, mas não por último, o Estado. Este passou a abocanhar sua parte no quinhão das expedições, e para isso impunha o uso de registros para controles, para imposições de taxas, dando origem ao aparecimento de uma Contabilidade mais efetiva e mais ampla, especialmente no que concerne às informações e aos usuários da informação contábil (TINOCO, 2001).

Não se pode deixar de destacar a grande contribuição dada, na forma do chamado registro por partidas dobradas, pelo Frei Luca Pacioli, que, em 1494, publicou sua obra intitulada *Summa de arithmetica, geometria et proportionalita*. Logo após, o proprietário passou a utilizar tais informações com o objetivando a obtenção de crédito junto a financiadores externos e também para administrar seus negócios (SANTOS, 2003).

A partir dessa obra, outros trabalhos surgiram, em especial com a Era da Revolução Industrial e o aparecimento da Sociedade Anônima, em que a manufatura industrial, de produção em larga escala, toma o lugar do comércio como atividade motora do crescimento e do desenvolvimento econômico e social das nações (TINOCO, 2001).

Hoje, não se pode mais admitir que a Contabilidade esteja sendo preparada para uso exclusivo dos mesmos usuários de quatro ou cinco décadas atrás. Atualmente, a Contabilidade passou a ter grande relevância em todo o cenário econômico, deixando de ser instrumento importante apenas no auxílio prestado no cálculo e identificação dos valores que servem como base para recolhimento de impostos, análise para concessão de crédito ou pagamento de dividendos, e com isso passa a ocupar espaço bastante importante nas relações sociais, ou seja, a Contabilidade tem demonstrado que sua base de dados para a prestação de informações deve passar a ser um dos principais instrumentos de balizamento nas relações do homem e das empresas que estejam inseridas em um mesmo contexto social (SANTOS, 2003).

2.2 CONTABILIDADE SOCIAL (OU CONTABILIDADE NACIONAL)

A Contabilidade Social ou Nacional tem como principal objetivo o fornecimento de informações que possibilitem auxiliar na constituição de base para a tomada de decisão por parte dos gestores governamentais. Toda a Contabilidade Nacional está voltada para o registro sistemático das operações realizadas no país e é um dos principais instrumentos utilizados no entendimento e medição das relações básicas ocorridas na atividade econômica. Em última análise, poder-se-ia dizer que a Contabilidade Nacional preocupa-se com a medição ou quantificação dos agregados macroeconômicos (SANTOS, 2003).

A Contabilidade Nacional, um “sistema de registros contábeis-estatísticos dos eventos econômicos”, visa representar e quantificar a economia de um país. Promovendo a classificação e medição sistemática da atividade econômica, em seus vários aspectos, e de uma capacidade produtiva instalada, resulta na apuração das chamadas Contas Nacionais, que utilizando o sistema de partidas dobradas - característico das Ciência Contábil - traduzem as medidas de Produto, Renda e Despesa da Economia (COSTA, 2008).

A idéia de responsabilidade social das empresas popularizou-se, nos anos 70, na Europa. E foi a partir desta idéia, que em 1971, a companhia alemã STEAG produziu uma espécie de relatório social, um balanço de suas atividades sociais. Porém, o que pode ser classificado como um marco na história dos balanços sociais, propriamente dito, aconteceu na França em 72: foi o ano em que a empresa SINGER fez o, assim chamado, o primeiro balanço social da história das empresas (TORRES, 2010).

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O conjunto de informações que deve ser divulgado por uma sociedade por ações representando sua “prestação de contas” abrange o Relatório de Administração, as Demonstrações Contábeis, e as Notas Explicativas que as acompanham, o Parecer dos Auditores Independentes (se houver) e o Parecer do Conselho Fiscal (se existir) (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

As demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades fiscais, por exemplo, podem especificamente determinar

exigências para atender a seus próprios fins. Essas exigências, no entanto, não devem afetar as demonstrações contábeis preparadas segundo esta Estrutura Conceitual (CPC, 2007).

2.4 BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, construído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

A idéia do Balanço Social começa a surgir com a necessidade de prestar informações aos empregados e à sociedade de forma geral. Movimentos sociais ocorridos na década de 60 em países da Europa, principalmente Alemanha, França e Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil, além de outros, passaram a exigir e a cobrar mais responsabilidade das empresas que interagiam com a sociedade (SANTOS, 2003).

Foi dentro desse espírito que o Congresso francês aprovou a Lei n. 77.769, de 12 de julho de 1977, obrigando todas as empresas e estabelecimentos com mais de 299 empregados a prepararem e divulgarem um documento que foi chamado de Balanço Social. Esse documento é dividido em sete capítulos, que são os seguintes: emprego, remunerações e encargos, condições de higiene e segurança, outras condições de trabalho, formação profissional, relações profissionais e condições de vida dos assalariados e suas famílias. Para se ter uma idéia da quantidade de informações previstas no Balanço Social francês, basta dizer que, dependendo do tipo de atividade, o número de indicadores sociais pode chegar a 171 (SANTOS, 2003).

No Brasil, os ventos desta mudança de mentalidade empresarial já podem ser notados na “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas” desde a sua publicação, em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil). Na década de 80, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) chegou a elaborar um modelo. Porém, só a partir do início dos anos 90 é que algumas empresas - muito - poucas passaram a levar a sério esta questão e divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários (TORRES, 2010).

Assim, desde meados de 1997 o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômica (Ibase) vêm batendo na mesma tecla e chamando à atenção dos empresários e toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples. E este modelo foi desenvolvido no Ibase em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com setores da sociedade (TORRES, 2010).

3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

3.1 CONCEITO

O Valor Econômico Adicionado não é um conceito tão novo como a princípio pode parecer. Na realidade, atribui-se a Alfred Marshall, em 1890, a utilização pela primeira vez do termo Renda Residual, como sendo uma medida representativa do ganho líquido menos os juros sobre o capital próprio investido à taxa corrente (CARVALHO, 2000).

Tal conceito, no entanto, foi introduzido definitivamente na literatura da administração financeira a partir do primeiro ano da década de 60, nos Estados Unidos, em decorrência de estudos conduzidos por americanos Joel Stern e G. Bennett Stewart III, cujo termo - Economic Value Added - foi posteriormente patenteado pela empresa de consultoria e auditoria Stern Stewart & Co., da qual se tornaram sócios os fundadores (CARVALHO, 2000).

O EVA é também amplamente conhecido a nível mundial por outros termos tais como: Economic Profit - EP (Lucro Econômico); Residual Income - RI (Rendimento Residual) e Economic Value Management - EVM (Gestão do Valor Econômico) (CARVALHO, 2000).

A DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Não deve ser confundida com a demonstração do resultado do exercício, pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, principalmente na apresentação do lucro líquido, enquanto a DVA está dirigida para a geração de riquezas e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE).

A noção de valor agregado adicionado é utilizada em macroeconomia como elemento da Contabilidade Nacional e é também denominado valor agregado (TINOCO, 2001).

Denomina-se valor adicionado em determinada etapa da produção a diferença entre o valor bruto da produção e os consumos intermediários nessa etapa. Assim, o produto nacional pode ser concebido como a soma dos valores agregados, em determinado período de tempo, em todas as etapas dos processos da produção do país. A soma dos valores agregados de um país é seu Produto Interno Bruto, o famoso “PIB” (TINOCO, 2001).

3.2 ESTRUTURA

DVA - PETROBRAS	CONSOLIDADO			
(Em milhares de Reais)	2009	%	2008	%
RECEITAS				
Vendas de Produtos e serviços e outras receitas	234.828.966		268.936.483	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	-70.091		-167.026	
Receitas relativas à construção de ativos para uso	56.555.744		47.163.873	
	291.314.619		315.933.330	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais consumidos	-34.993.517		-47.890.791	
Custo das Mercadorias para Revenda	-25.108.234		-40.755.903	
Energia, Serviços de Terceiros e outros	-63.737.001		-52.590.649	
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	-17.508.169		-22.836.487	
Perda na recuperação de ativos	1.144.312		-2.658.224	
	-142.491.233		-166.732.054	
VALOR ADICIONADO BRUTO	148.823.386		149.201.276	
RETENÇÕES				
Depreciação, depleção e amortização	-14.766.789		-11.631.984	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	134.056.597		137.569.292	

DVA - PETROBRAS	CONSOLIDADO			
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de participações em investimentos	-84.001		-115.790	
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	3.505.187		3.494.430	
Amortização de ágios e deságios	-396		-758.428	
Alugéis, roualties e outros	1.213.722		1.293.912	
	4.634.512		3.914.124	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	138.691.109		141.483.416	
	2009	%	2008	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL A ADMINISTRADORES				
REMUNERAÇÃO DIRETA				
Salários	10.216.129	7	9.103.594	6
Participações dos empregados e administradores nos lucros	1.495.323	1	1.344.526	1
	11.711.452		10.448.120	
BENEFÍCIOS				
Vantagens	682.829	1	835.286	1
Plano de Aposentadoria e pensão	993.509	1	926.324	1
Plano de Saúde	1.596.314	1	1.716.426	1
FGTS	672.940	0	600.674	0
	15.657.044	11	14.526.830	10
TRIBUTOS				
Federais	48.514.021	35	57.456.863	40
Estaduais	24.668.235	18	22.338.990	16
Municipais	155.895	0	147.705	0
No exterior	4.794.955	3	5.169.057	4
	78.133.106	56	85.112.615	60
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FORNECEDORES				

DVA - PETROBRAS	CONSOLIDADO			
Juros, variações cambiais e monetárias	7.153.155	5	1.891.069	1
Despesas de aluguéis e afretamento	6.013.722	5	9.054.607	7
	13.166.877	10	10.945.676	8
ACIONISTAS				
Juros sobre capital próprio	7.194.743	5	7.019.261	5
Dividendos	1.140.630	1	2.895.445	2
Participação dos acionistas não controladores	2.752.374	2	-2.089.497	-1
Lucros Retidos	20.646.335	15	23.073.086	16
	2009	%	2008	%
	31.734.082	100	141.483.416	100

Quadro 1: DVA da PETROBRAS referente ao período de 2008-2009

Fonte: <<http://www.petrobras.com.br/rs2009/pt/analise%2Dfinanceira%2De%2Ddemonstracoes%2Dcontabeis/demonstracoes%2Dcontabeis/demonstracao%2Ddo%2Dvalor%2Dadiccionado/>>

3.3 BENEFÍCIOS

Com a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é possível identificar os montantes produzidos pela empresa, que são maiores que os lucros destinados aos sócios e acionistas. E na estrutura da DVA é possível identificar as riquezas criadas pelas empresas e a forma que são distribuídas aos funcionários, governos, financiadores externos e os proprietários (SANTOS; CARVALHO, 1998).

Outra importante vantagem é que, com as empresas divulgando a DVA, parte substancial do produto interno bruto - PIB estava composto pela consolidação de seus valores. Reduziria, assim, os valores estimados e aumentava a credibilidade do PIB fixado. E como fechamento, parte importante do PIB passaria por auditoria, devido as maiores empresas serem normalmente auditadas (SANTOS; CARVALHO, 1998).

3.4 OBRIGATORIEDADE

Em 15 de dezembro de 1976, de nº 6.404, foi redigida a lei das Sociedades por Ações. Esta lei passou a reger contabilmente as Sociedades. Abordava as características e

natureza da Companhia ou Sociedade anônima. Como também capital social, partes beneficiárias, demonstrações financeiras e outros assuntos. Não havia, ainda, a obrigatoriedade da DVA.

Sendo assim, sua publicação tinha um caráter facultativo. Não existindo, até então, imposição. Apesar da não obrigatoriedade, a Comissão dos Valores Mobiliários (CVM), em 15 de janeiro de 1992, emitiu o parecer nº 15 onde a DVA estava enquadrada como uma forma de enriquecimento da informação levada ao público.

Em 5 de maio de 1997, a lei das S.A. sofreu algumas modificações pela lei de nº 9.457. Mas, estas alterações afetaram em sua maior parte assuntos relacionados a debêntures.

A CVM incentiva a divulgação voluntária dessa demonstração e através de seus Ofícios-Circular CVM/SNC a partir do ano 2000 recomenda que a DVA seja elaborada conforme modelo desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FEA/USP (FIECAFI) (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

Em 2001, com a lei nº 10.303/01, pensava-se que iniciaria a obrigatoriedade da DVA. Mas, esta lei apenas tratava principalmente dos direitos dos acionistas não controladores e da competência da CVM.

O que foi diferente com a lei 11.638/2007, que veio com a intenção de aproximar a contabilidade brasileira com os padrões internacionais. E em seu artigo 176 e inciso V obrigou as companhias abertas a obrigação da elaboração e divulgação da DVA. Auxiliando a referida lei, o CPC emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que foi aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pela Resolução do CFC 138/08 (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

Depois, o Conselho Federal de Contabilidade, em 27 de março de 2009, por meio da resolução 1.162/09, altera a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T 3.7) onde obriga a entidade, sob forma jurídica de sociedade por ações, com capital aberto, e outras que a lei estabeleça a elaborar a DVA e apresentar como parte das demonstrações contábeis.

Hoje, a Demonstração do Valor Adicionado ganhou maior atenção devido suas contribuições sociais como instrumento de análise.

4 VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

4.1 INDICADORES

Os indicadores possibilitarão que os dados das Demonstrações Contábeis produzirem decisões seguras e bem fundamentadas. Estabelecerão relação entre os dados de forma que se possa perceber que os eventos de uma entidade ocorrem de forma interligadas. Serão apresentados alguns indicadores tomando como base valores de Demonstrações Contábeis Consolidadas publicadas pela PETROBRAS referente ao final dos exercícios de 2009 e 2008.

4.2 PARTICIPAÇÕES NO VALOR ADICIONADO TOTAL

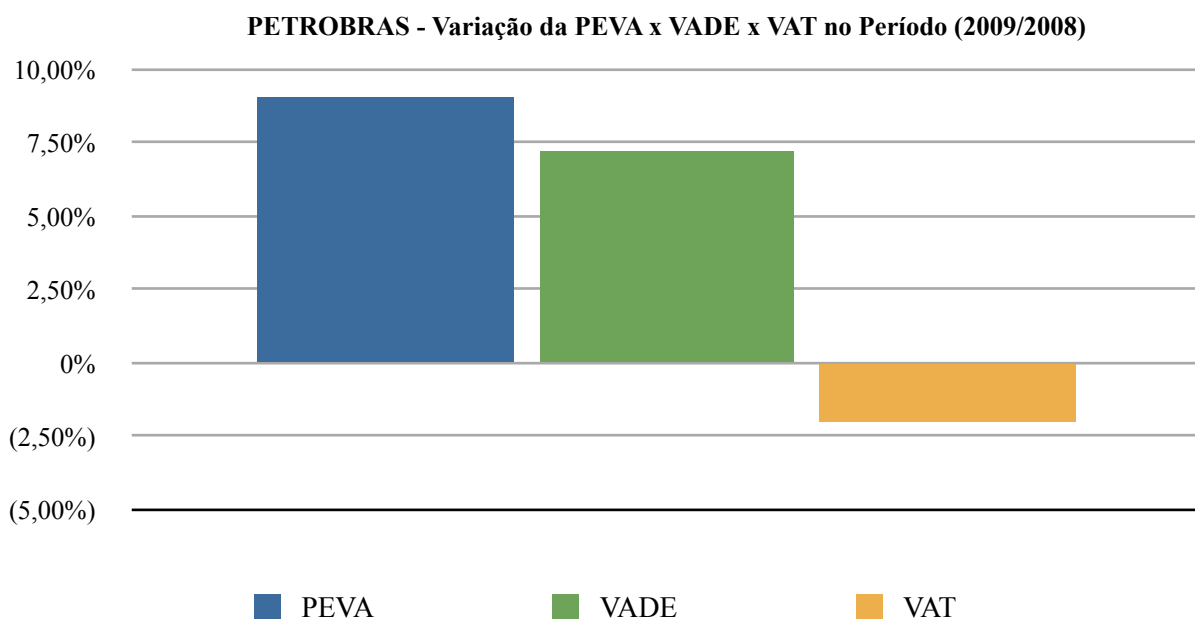
4.2.1 Participação de Empregados no Valor Adicionado (PEVA)

No exercício de 2009, a PETROBRAS teve uma redução em seu Valor Adicionado a Distribuir de 2,01% e, mesmo assim, o Valor Adicionado Distribuído aos Empregados aumentou 7,22%. Em função disso, a Participação de Empregados no Valor Adicionado aumento 9,05% de 2008 para 2009. Saindo de 10,27% para 11,29%.

PETROBRAS (CONSOLIDADO)	2009	2008	Variação
$PEVA = VADE / VAT * 100$	11,29%	10,27%	9,05%
VADE = Valor Adicionado Distribuido aos Empregados	15.657.044	14.526.830	7,22%
VAT = Valor Adicionado Total a Distribuir	138.691.109	141.483.416	(2,01%)

Quadro 2: Participação dos Empregados no Valor Adicionado

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.



Quadro 3: Variação da PEVA x VADE x VAT no Período (2009/2008)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

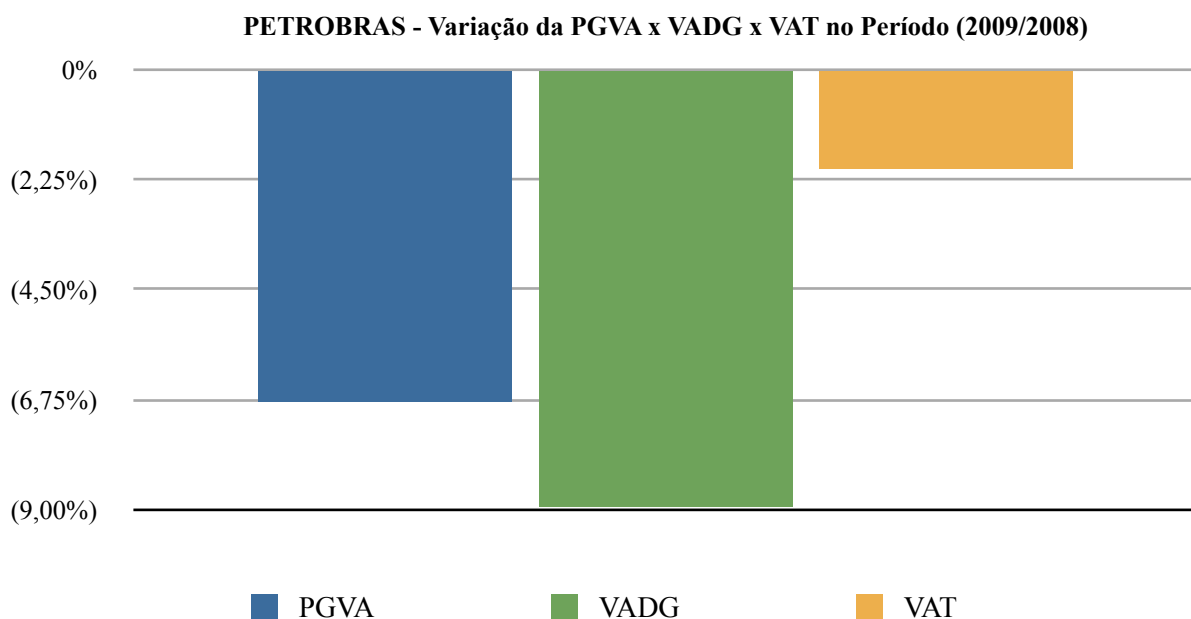
4.2.2 Participação de Governos no Valor Adicionado (PGVA)

Com a redução de 2,01% em seu Valor Adicionado Total a Distribuir, a PETROBRAS reduziu 8,93% do Valor Adicionado Distribuído aos Governos. Sendo este o único que teve uma baixa no recebimento de recursos oriundos do Valor Adicionado. E, conforme indicador, sua participação no Valor Adicionado também diminuiu. Enquanto em 2008 recebera 60,61% em 2009 passou para 56,34%. Esta mudança representou uma variação negativa de 6,78%.

PETROBRAS (CONSOLIDADO)	2009	2008	Variação
$PGVA = VADG / VAT * 100$	56,34%	60,16%	(6,78%)
VADG = Valor Adicionado Distribuido aos Governos	78.133.106	85.112.615	(8,93%)
VAT = Valor Adicionado Total a Distribuir	138.691.109	141.483.416	(2,01%)

Quadro 4: Participação de Governos no Valor Adicionado

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.



Quadro 5: Variação da PGVA x VADG x VAT no Período (2009/2008)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

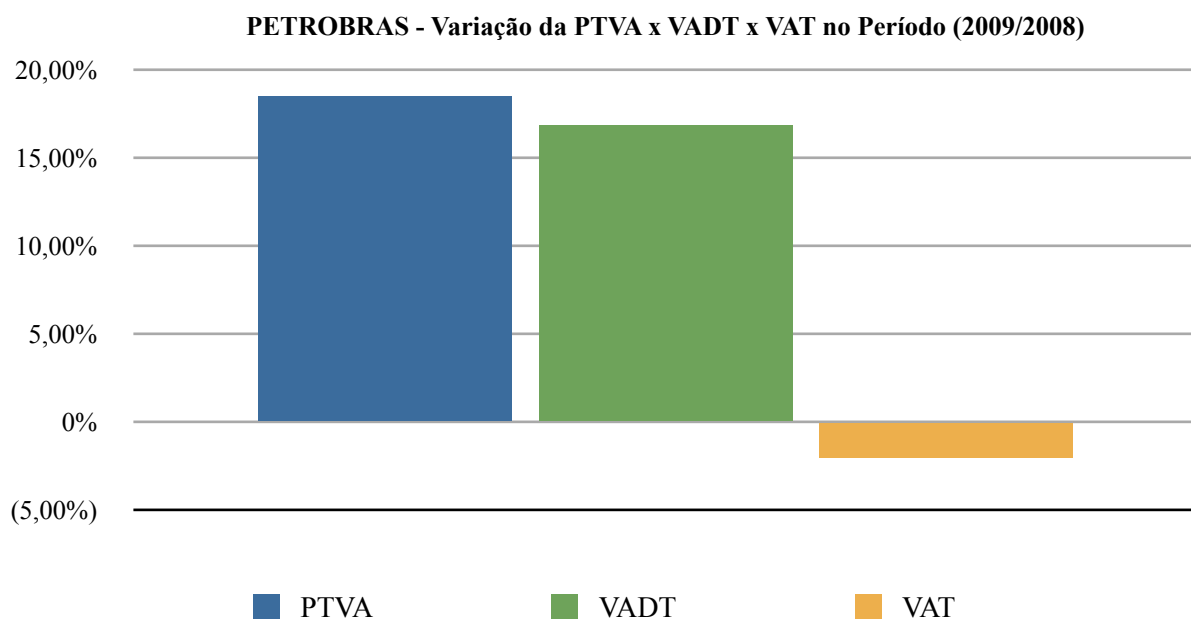
4.2.3 Participação de Terceiros no Valor Adicionado (PTVA)

Mesmo com a redução do Valor Adicionado Total a Distribuir de 2,01% em 2009, quando comparado a 2008, a PETROBRAS aumentou o Valor Adicionado Distribuído aos Terceiros em 16,87%. Dessa forma a participação de terceiros no Valor Adicionado saiu de 7,74% para 9,49%. Uma diferença de 18,51% de acréscimo.

PETROBRAS (CONSOLIDADO)	2009	2008	Variação
$PTVA = VADT / VAT * 100$	9,49%	7,74%	18,51%
VADT = Valor Adicionado Distribuido aos Terceiros	13.166.877	10.945.676	16,87%
VAT = Valor Adicionado Total a Distribuir	138.691.109	141.483.416	(2,01%)

Quadro 6: Participação de Terceiros no Valor Adicionado

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.



Quadro 7: Variação da PTVA x VADT x VAT no Período (2009/2008)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

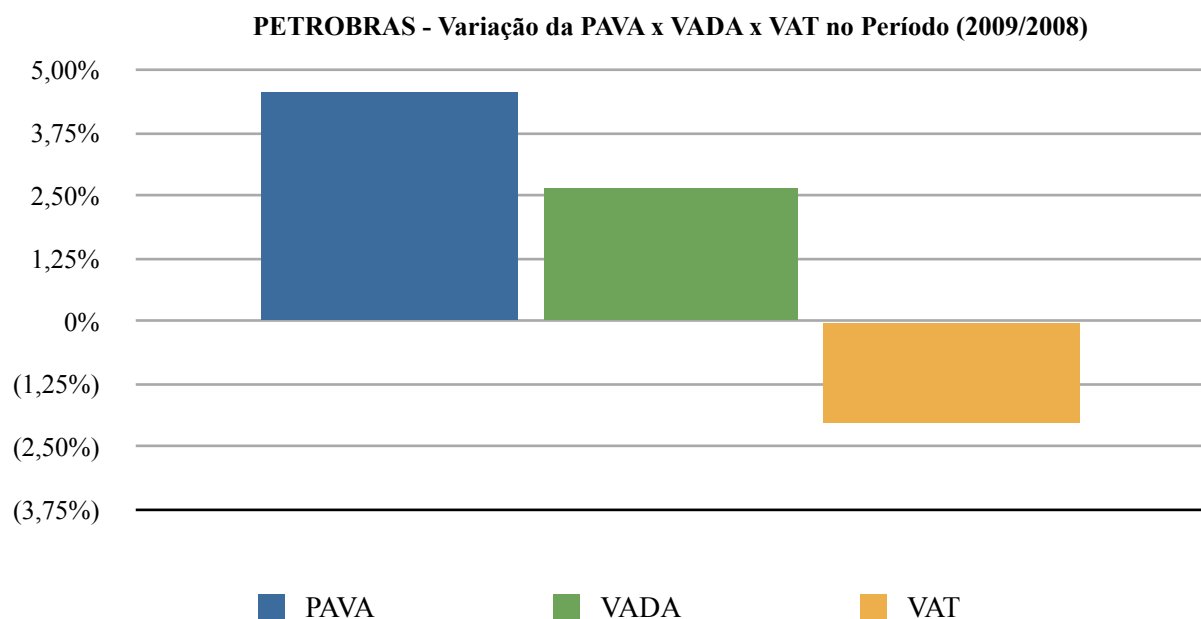
4.2.4 Participação dos Acionistas no Valor Adicionado (PAVA)

Embora no ano de 2009 o Valor Adicionado Total a Distribuir tenha reduzido 2,01%, quando comparado com o exercício anterior, o Valor Adicionado Distribuído aos Acionistas aumentou 2,63%. Elevando assim a participação dos acionistas sobre o Valor Adicionado Distribuído em 4,56%. Conforme dados publicados pela PETROBRAS, houve um aumento de 21,84% para 22,88%.

PETROBRAS (CONSOLIDADO)	2009	2008	Variação
$PAVA = VADA / VAT * 100$	22,88%	21,84%	4,56%
VADA = Valor Adicionado Distribuido aos Acionistas	31.734.082	30.898.295	2,63%
VAT = Valor Adicionado Total a Distribuir	138.691.109	141.483.416	(2,01%)

Quadro 8: Participação dos Acionistas no Valor Adicionado

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.



Quadro 9: Variação da PAVA x VADA x VAT no Período (2009/2008)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

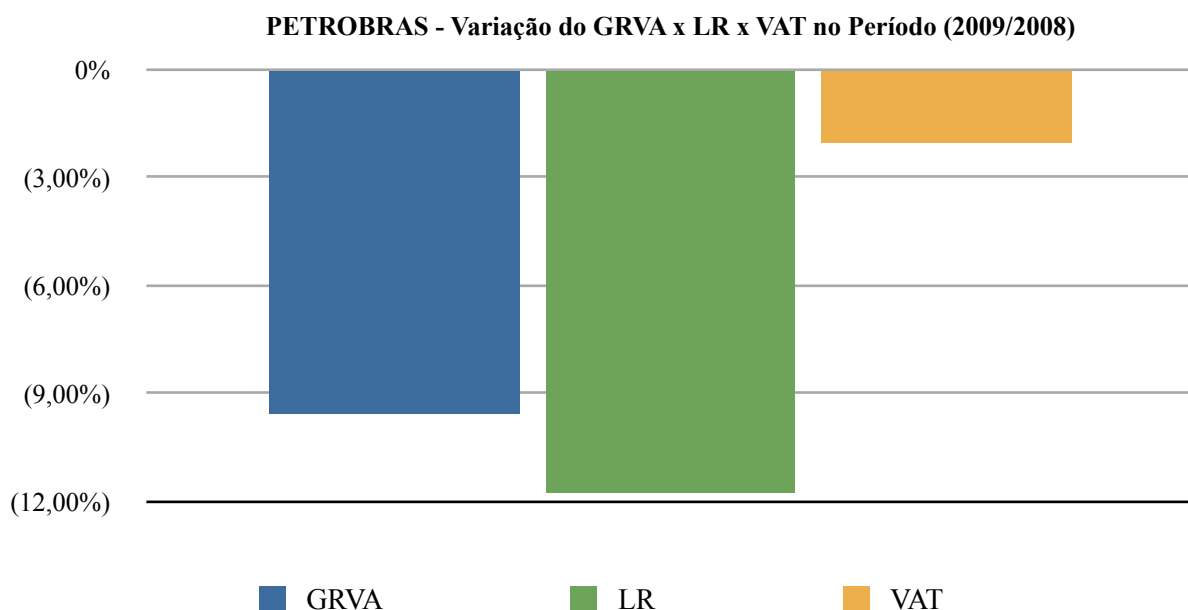
4.3 GRAU DE RETENÇÃO DO VALOR ADICIONADO (GRVA)

Este índice mostra quanto houve de retenção do Valor Adicionado Total a Distribuir em forma de lucro. Com uma redução no exercício de 2009 de 2,01% do Valor Adicionado Total a Distribuir e de 11,75% nos Lucros Retidos, quando comparado com o exercício de 2008, a PETROBRAS teve uma redução no GRVA de 9,55% saindo de 16,31% de retenção sobre o Valor Adicionado para 14,89%.

PETROBRAS (CONSOLIDADO)	2009	2008	Variação
$GRVA = LR / VAT * 100$	14,89%	16,31%	(9,55%)
LR = Lucro Retido	20.646.335	23.073.086	(11,75%)
VAT = Valor Adicionado Total a Distribuir	138.691.109	141.483.416	(2,01%)

Quadro 10: Grau de Retenção do Valor Adicionado

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.



Quadro 11: Variação do GRVA x LR x VAT no Período (2009/2008)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

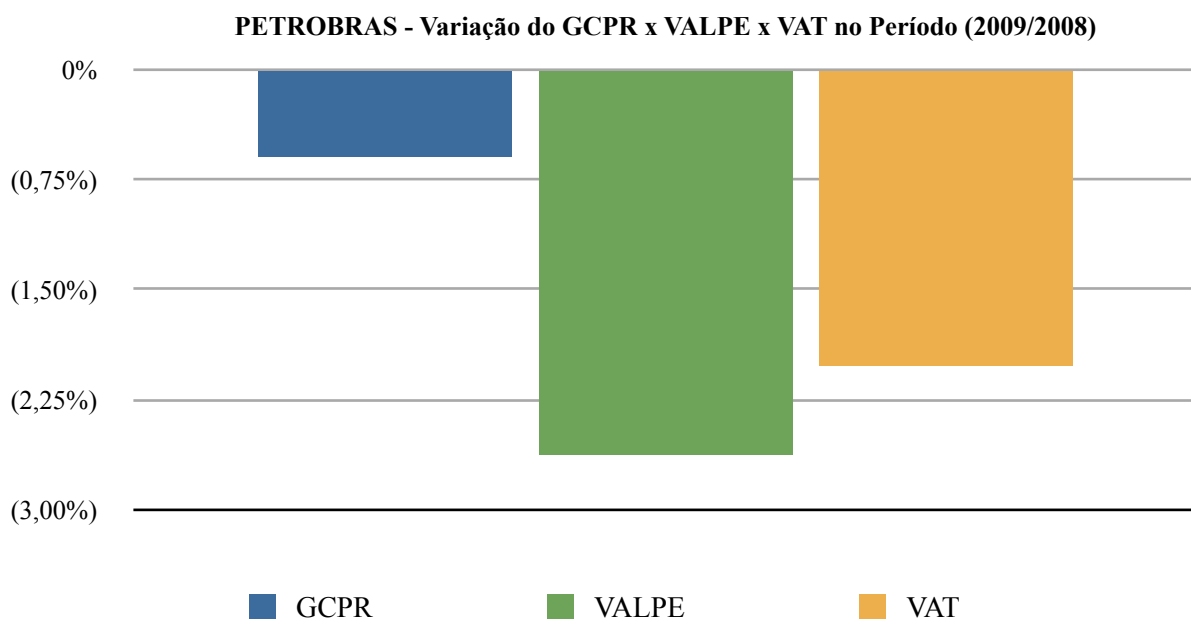
4.4 GRAU DE CAPACIDADE DE PRODUZIR RIQUEZA (GCPR)

A real capacidade de produção de riqueza é apresentada por este índice. Nele temos a relação do Valor Adicionado Total a Distribuir com o Líquido produzido pela Entidade. Relacionando os exercícios de 2009 com o de 2008 a PETROBRAS apresentou uma redução de 2,62% no Valor Adicionado Líquido Produzido e 2,01% no Valor Adicionado a Distribuir. E uma variação negativa de 0,60% em seu grau de capacidade de produzir riqueza. Passando de 97,23% para 96,66%.

PETROBRAS (CONSOLIDADO)	2009	2008	Variação
GCPR = VALPE / VAT * 100	96,66%	97,23%	(0,60%)
VALPE = Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	134.056.597	137.569.292	(2,62%)
VAT = Valor Adicionado Total a Distribuir	138.691.109	141.483.416	(2,01%)

Quadro 12: Grau de Capacidade de Produzir Riqueza

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.



Quadro 13: Variação do GCPR x VALPE x VAT no Período (2009/2008)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

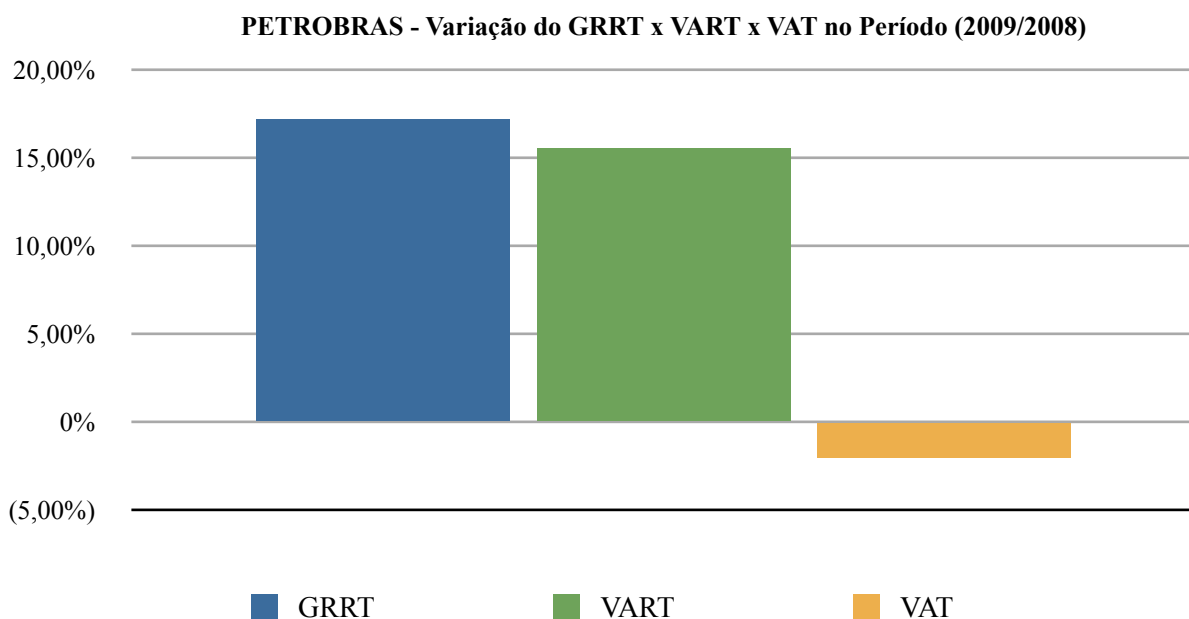
4.5 GRAU DE RIQUEZA RECEBIDA EM TRANSFERÊNCIA (GRRT)

Este índice mostra, em percentual, quanto do Valor Adicionado Total a distribuir foi recebido por transferência. Conforme demonstração do período, houve um aumento em 2009 de 15,54% de transferências recebidas, que somado a redução do valor adicionado de 2,01%, a PETROBRAS passou de 2,77% no percentual transferência recebida sobre o Valor Adicionado a Distribuir para 3,34%.

PETROBRAS (CONSOLIDADO)	2009	2008	Variação
$GRRT = VART / VAT * 100$	3,34%	2,77%	17,21%
VART = Valor Adicionado Recebido em Transferência	4.634.512	3.914.124	15,54%
VAT = Valor Adicionado Total a Distribuir	138.691.109	141.483.416	(2,01%)

Quadro 14: Grau de Riqueza Recebida em Transferência

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.



Quadro 15: Variação do GRRT x VART x VAT no Período (2009/2008)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

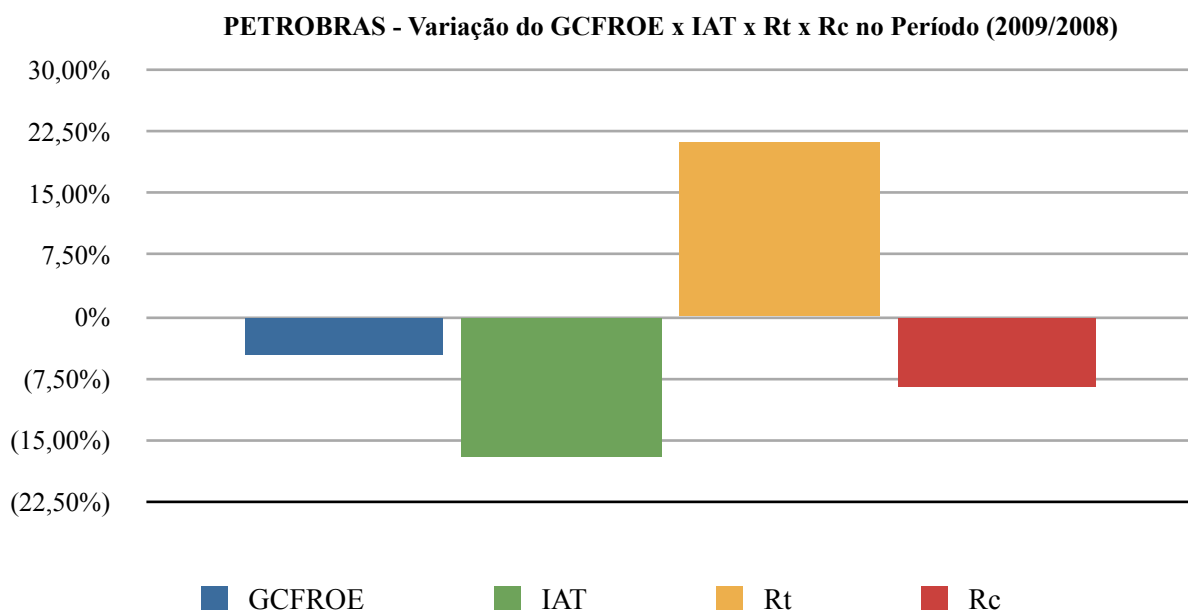
4.6 GRAU DE CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DE RIQUEZAS DE OUTRAS SOCIEDADES (GCFROE)

O GCFROE disponibiliza o percentual de transferência para outras entidades da riqueza gerada. Com a redução de 17,01% na aquisição de insumos adquiridos de terceiros, o aumento de 21,23% nas retenções somados a uma diminuição na receita de 8,45%, a PETROBRAS teve uma queda de 4,58% na transferência de riquezas para outras sociedades. Passando de 56,46% para 53,98% de contribuição para outras entidades.

PETROBRAS (CONSOLIDADO)	2009	2008	Variação
$GCFROE = (IAT + Rt) / Rc \times 100$	53,98%	56,46%	(4,58%)
IAT = Insumos Adquiridos de Terceiros	142.491.233	166.732.054	(17,01%)
Rt = Retenções	14.766.789	11.631.984	21,23%
Rc = Receitas	291.314.619	315.933.330	(8,45%)

Quadro 16: Grau de Contribuição na Formação de Riqueza de Outras Sociedades

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.



Quadro 17: Variação do GCFROE x IAT x Rt x Rc no Período (2009/2008)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

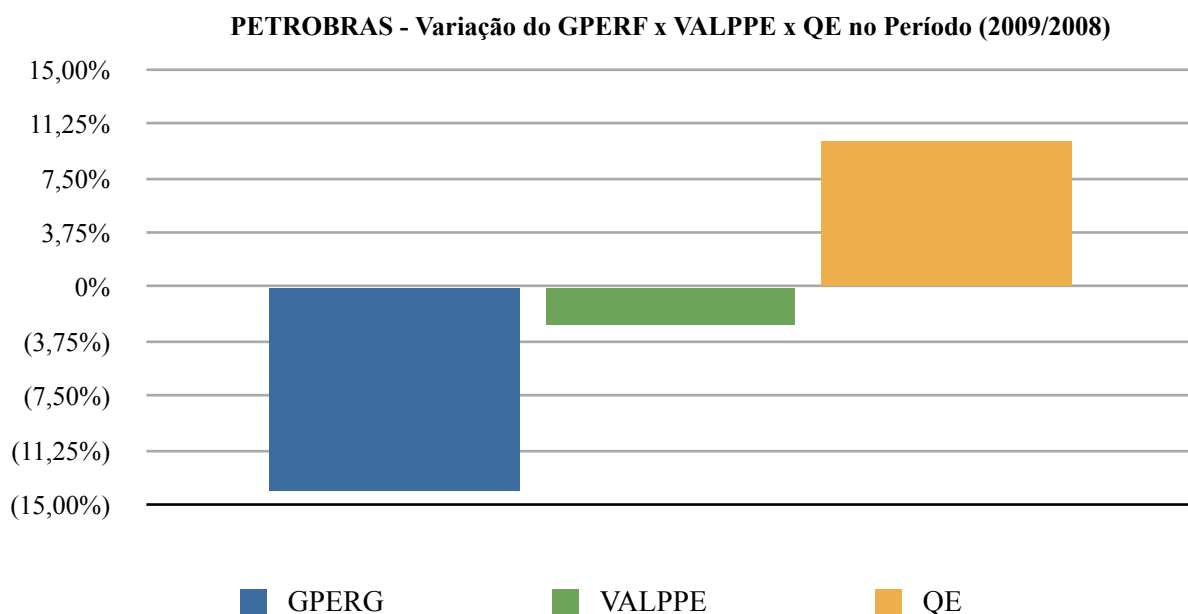
4.7 GRAU DE PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NA RIQUEZA GERADA (GPERG)

Este índice mostra quanto da riqueza produzida por uma entidade representa a contribuição por empregado. Conforme demonstrações publicadas em 2008 e 2009 houve uma redução do Valor Adicionado Líquido Produzido pela PETROBRAS em 2,62% que somado ao aumento de 10,03% no número de empregados refletiu-se em redução de 14,06% na contribuição por empregado. Passando de 409,52 para 359,04 a participação na riqueza.

PETROBRAS (CONSOLIDADO)	2009	2008	Variação
GPERG = VALPPE / QE	359,04	409,52	(14,06%)
VALPPE = Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	134.056.597	137.569.292	(2,62%)
QE = Quantidade de Empregados	373.376	335.927	10,03%

Quadro 18: Grau de Participação dos Empregados na Riqueza Gerada

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.



Quadro 19: Variação do GPERF x VALPPE x QE no Período (2009/2008)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

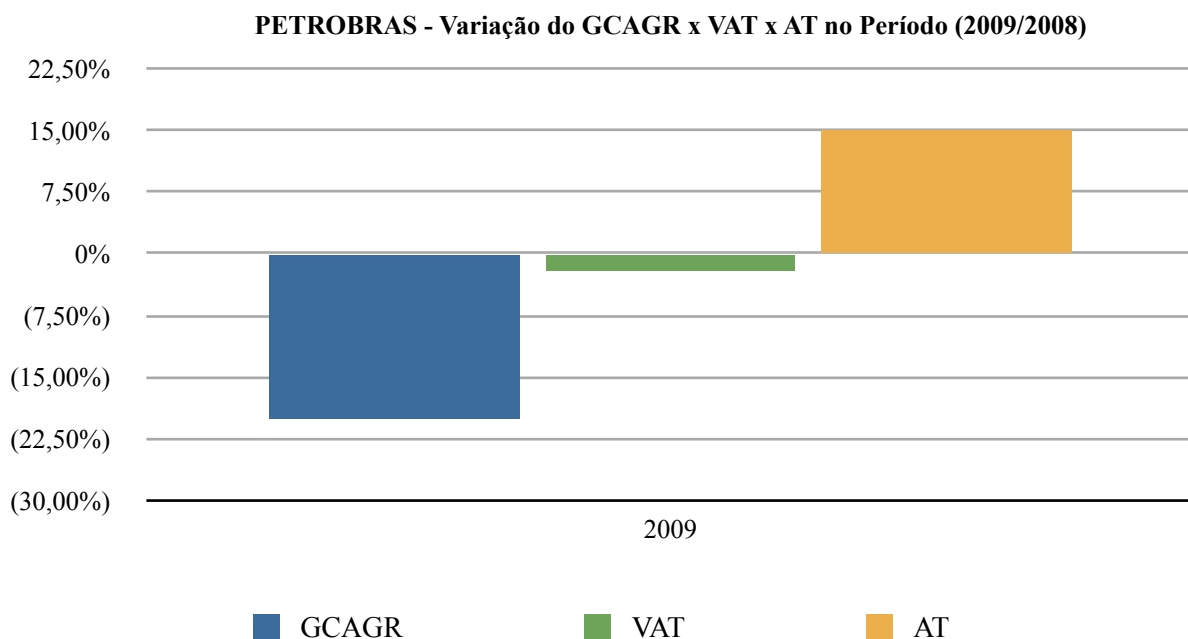
4.8 GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS NA GERAÇÃO DE RIQUEZA (GCAGR)

Embora, nas Demonstrações Contábeis apresentadas pela PETROBRAS referente ao final dos exercícios de 2009 e 2008, o valor de seu Ativo Total tenha aumentado 15%, o Valor Adicionado Total a Distribuir diminuiu em 2,01%. Esta diferença refletiu em uma variação negativa na Contribuição dos Ativos na Geração de Riqueza em 20,02%. Enquanto em 2008 cada unidade de milhar do Ativo contribuiu na produção de 61,89 unidades de milhar, em 2009 caiu para 51,57 unidades de milhar produzida por unidade de milhar do Ativo.

PETROBRAS (CONSOLIDADO)	2009	2008	Variação
GCAGR = VAT / AT x 100	51,57%	61,89%	(20,02%)
VAT = Valor Adicionado Total a Distribuir	138.691.109	141.483.416	(2,01%)
AT = Ativo Total	268.933.235	228.588.564	15,00%

Quadro 20: Grau de Contribuição dos Ativos na Geração de Riqueza

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.



Quadro 21: Variação do GCAGR x VAT x AT no Período (2009/2008)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

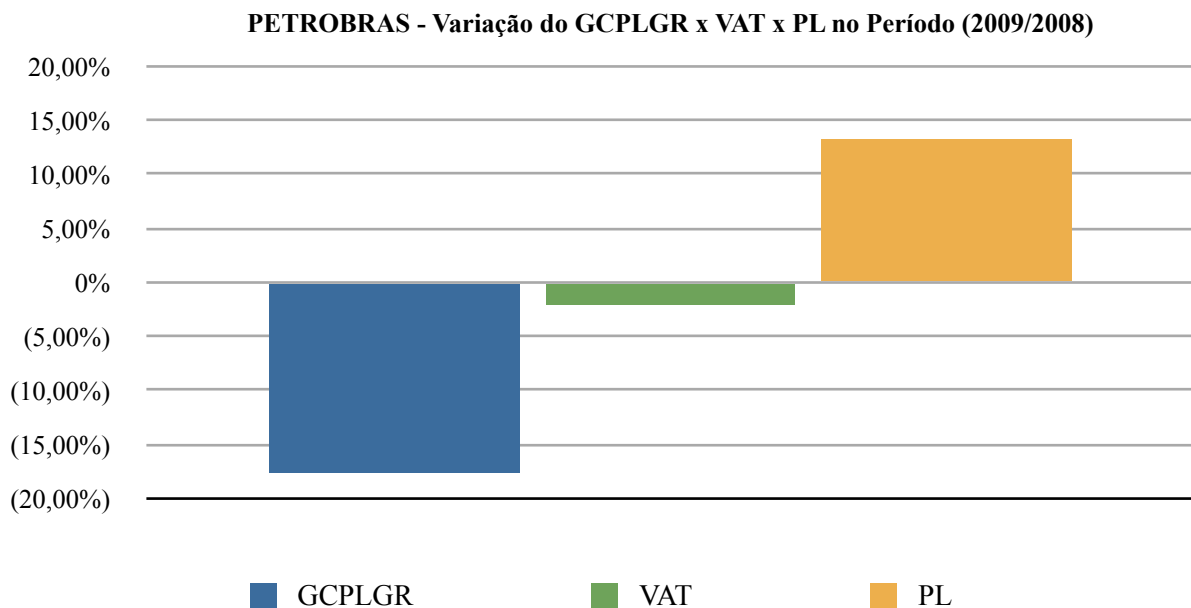
4.9 GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NA GERAÇÃO DE RIQUEZA (GCPLGR)

De acordo com o Balanço Patrimonial apresentado pela PETROBRAS, seu Patrimônio Líquido teve um aumento de 13,23% do exercício de 2008 para o de 2009. Enquanto que de forma inversa o seu Valor Adicionado Total a Distribuir reduziu em 2,01%. Assim, a contribuição do Patrimônio Líquido reduziu também no percentual de 17,57%. Enquanto em 2008 uma unidade milhar produziu 102,25 unidades de milhar em 2009 produziu apenas 86,97.

PETROBRAS (CONSOLIDADO)	2009	2008	Variação
$GCPLGR = VAT / PL \times 100$	86,97%	102,25%	(17,57%)
VAT = Valor Adicionado Total a Distribuir	138.691.109	141.483.416	(2,01%)
PL = Patrimônio Líquido	159.464.599	138.365.282	13,23%

Quadro 22: Grau de Contribuição do Patrimônio Líquido na Geração de Riqueza

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.



Quadro 23: Variação do GCPLGR x VAT x PL no Período (2009/2008)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

5 APRECIÇÕES FINAIS

A Demonstração do Valor Adicionado é uma ferramenta de grande importância para a sociedade. Na primeira parte de sua estrutura é mostrada quanto e como a riqueza de uma Entidade foi gerada. Já a sua segunda parte destina a evidenciar a distribuição do total da riqueza gerada. A DVA é o relatório dos acionistas, dos governos, dos empregados e dos administradores. Não foi por um acaso que a ONU recomendou de forma expressa sua utilização pelos países membros. Relatório este que já é bem difundido na Europa e nos Estados Unidos (CARVALHO, 2000). É de se esperar que a DVA seja obrigatória para todas as empresas, mas, enquanto isso não acontece a lei 11.638/07 já trouxe um avanço em obrigar para as companhias abertas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, 11 jan. 2008.

BRASIL. Comissão dos Valores Mobiliários (CVM). **Parecer nº 24, de 15 de janeiro de 1992**. Disponível em: <<http://www.cnb.org.br/CNBV/pareceres/par24-1992.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Resolução nº 1.162/09, de 27 de março de 2009**.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 24 ago. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.457 de 5 de maio de 1997**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9457.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10303.htm>. Acesso em: 24 ago. 2010.

CARVALHO, Luciano Marcos Souza de. **Valor Economico Adicionado - EVA: Enfoque de Gestão Financeira Enfoque Contábil**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/denor/luciano-bcb.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

COSTA, Marcia Bittencourt. **Contabilidade Governamental x Contabilidade Nacional: A Mensuração do Investimento Público no Brasil**. Monografia (Especialização em Orçamento Público) Tribunal de Contas da União - Câmara dos Deputados - Senado Federal: Brasília, 2008.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às Demais Sociedades**. 7 Edição. São Paulo: Atlas 2007.

SANTOS, Ariovaldo. **Demonstração do Valor Adicionado: Como Elaborar e Analisar a DVA**. São Paulo: Atlas 2003.

SANTOS, Ariovaldo dos; CARVALHO, L. Nelson. **DVA: Uma forma de avaliar a criação de riqueza**. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0645/m0049268.html>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações**. São Paulo: Atlas 2001.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do Balanço Social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2010.